

O reconhecimento do ensaio jornalístico como forma de aumentar a longevidade de reportagens brasileiras

The recognition of journalistic essays as a way to increase the longevity of Brazilian news pieces

Bruno Nogueira

Universidade Federal do Paraná – Paraná – Brasil

Resumo: O ensaio é uma forma de escrita reconhecida há séculos. O gênero, que muitos atribuem a Montaigne, não é restrito à academia, mas ocupa as páginas de jornais, revistas, *websites*, e mantém uma surpreendente fidelidade à sua forma tradicional quando se torna roteiro de *video essays*. Não raro, o trabalho de jornalistas como Joan Didion e Gay Talese são coletados das páginas de revistas e publicados em volumes de ensaios. Se o gênero reportagem, graças à sua função social e histórica, é percebido como algo efêmero, o ensaio escapa a esse destino. Assim, reconhecer textos jornalísticos como ensaios ajuda a lhes dar merecido prestígio, prolongando sua longevidade ainda que sua natureza tenha algo em comum com os artigos jornalísticos mais efêmeros. No Brasil, certos textos de caráter ensaístico nunca são reconhecidos como tal, sendo esquecidos nas páginas de revistas ou websites sem jamais receber o prestígio que mereceriam, justamente por não serem vistos como ensaios, mas sim como artigos de opinião mais simples ou reportagens que, em teoria, não sobreviveriam por longo tempo ou seriam atrativos em coletâneas. O objetivo desse trabalho é demonstrar que muitos textos jornalísticos brasileiros são, de fato, ensaios. Considerando textos reconhecidos como ensaios jornalísticos em países anglófonos e vários dos mais importantes trabalhos sobre o ensaio, esse trabalho demonstra que vários textos que são publicados entre nós como reportagens ou artigos jornalísticos teriam mais longevidade se reconhecessemos que pertencem ao mais prestigiado gênero do ensaio.

Palavras-chave: Ensaio. Reportagem. Jornalismo.

Abstract: Essays are a form of writing which has been recognized for centuries. The genre, often attributed to Montaigne, is not only present in academia, and occupies the pages of newspapers, magazines, and websites, being surprisingly true to its more traditional forms when used as the script for video essays. The work of journalists such as Joan Didion and Gay Talese has often been gathered from the pages of magazines and published in volumes of essays. If news articles, owing to the historical and social perception of the genre, are seen as ephemeral, the essay is long-lived, escaping this fate. As a result, recognizing journalistic texts as essays helps giving them well-deserved prestige in them, helping them stay as recognized works, even if their nature does have something in common with the more ephemeral articles. In Brazil, certain texts are never recognized for their essayistic character, being forgotten in the pages of magazines or websites, never to receive the appreciation they deserve, since they are not seen as essays, but as journalistic articles or opinions which often do not survive for long and are rarely collected in volumes. The goal of this work is showing that many Brazilian journalistic texts are, indeed, essays. Considering texts recognized as journalistic essays in English-speaking countries, as well as many of the most important works about the essay, this paper shows that many texts published in Brazil as articles or opinion pieces would live longer if we recognized that they belong to the more prestigious genre of the essay.

Keywords: Essay. Article. Journalism.

1 Introdução

O ensaio é uma forma com grande tradição e influência nas letras mundiais. Os ensaios de Montaigne, publicados em 1580 e largamente vistos como os originais do gênero, até hoje são republicados, e influenciaram até mesmo as obras tardias de Shakespeare — especialmente *A tempestade* (KIRSCH, 1997). Francis Bacon, contemporâneo a eles, se inspira no mesmo autor francês para fazer os próprios (se mais formais) ensaios, inspirando toda uma tradição mais filosófica de ensaísmo (BACON, F. 1884).

Quando autores como Theodor Adorno (1984, p. 151) e György Lukács (2018, p. 87) elaboraram suas definições do ensaio, que ainda hoje contam entre as mais reconhecidas, esse tipo de texto já ocupava há séculos as páginas dos jornais britânicos. Se o gênero já tinha respeito no século XVI, manteve-se vivo o suficiente para que, em 2013, Christy Wampole (2018, p. 243) o chamasse de “talismã de nosso tempo”, sugerindo que tem um papel contra o pensamento dogmático.

Na América Latina, o ensaio também ocupa um espaço de relevância. Jorge Luis Borges é um grande clássico do gênero, chegando mesmo a utilizar a linguagem ensaística em parte de sua literatura, como nos contos *Pierre Menard, autor del Quijote* e *Examen de la obra de Herbert Quain* (BORGES, 2010). Octavio Paz, Augusto Monterroso e Mario Benedetti são outros exemplos de autores cuja produção ensaística teve grande relevância nas letras latinas.

Germán Arciniegas, também ensaísta, defende que os ensaios foram escritos na América “desde os primeiros encontros do homem branco com o índio, em pleno século 16, muitos anos antes de Montaigne nascer” (2018, p. 129), e aponta como exemplo precoce do gênero um ensaio de Frei Bartolomé de las Casas (Ibid.). Esse gênero seria, afirma, “uma reflexão obrigatória diante dos problemas que cada época nos impõe” (Ibid., p. 131), indicando ao mesmo tempo a importância do ensaio como

ferramenta reflexiva e sua capacidade de manter essa função ao longo de diferentes épocas.

Também vemos, especialmente em países de língua inglesa, a posição de destaque que recebem os ensaios jornalísticos, frequentes no mundo anglófono desde o início do século XVII (HAZLITT, 2018, p.67). Nos Estados Unidos, esse tipo de ensaio passou por mudanças significativas — especialmente na segunda metade do século XX, quando o *New Journalism* abriu as portas para novas experimentações no gênero e permitiu que um estilo cada vez mais literário fosse usado nos textos que ocupavam as páginas das revistas (LEHMAN, 2018). Assim, renovou-se não só o jornalismo, mas também o ensaio.

A descrição acima, superficialmente, pode levar a crer que é impossível se definir o ensaio. Suas definições, de fato, não podem ser restritivas, pois um gênero que atravessou tantos anos e foi transmitido por tantos suportes, inevitavelmente passaria por mudanças formais — e como vemos acima, uma mudança não necessariamente leva ao abandono da forma anterior. Ensaaios de tom mais filosófico, a exemplo de Bacon, continuam sendo produzidos, bem como ensaios mais próximos do estilo pessoal de Montaigne. Enquanto *Sor Juana Inés de la Cruz o las trampas de la fe* (PAZ, 1982), é uma análise aprofundada, com centenas de páginas e diversos exemplos, Borges marca a história com os breves *Kafka y sus precursores* (2011) e *El Idioma Analítico de John Wilkins* (2011), entre outros ensaios que não chegam às cinco páginas. Enquanto David Foster Wallace, em *E Unibus Pluram* (1998), produz em quase 100 páginas um manifesto que revela sua visão sobre mídia e literatura, Joan Didion (2021) faz um breve e intrigante perfil de John Wayne que demonstra, em parte, sua descrença na possibilidade de isenção jornalística. Formalmente, tematicamente, e mesmo quanto a seus suportes, esses textos não poderiam ser mais diferentes.

A utilização do termo, contudo, é menos arbitrária do que esses exemplos podem levar a crer. Embora o ensaio tenha assumido diversas formas ao longo de sua disseminação, muitas de suas versões contemporâneas guardam uma semelhança inegável

com os ensaios de Montaigne. A variação tão grande, como vemos em Adorno (1984) e Bense (2018), nasce do fato de que o ensaio envolveria uma reflexão, com uma dose maior ou menor de subjetividade, cujo desenvolvimento respeita não uma forma pré-estabelecida, mas o próprio objeto analisado. O ensaio se deixa guiar pelo objeto, mas não recusa a subjetividade do eu que produz o próprio ensaio.

Isso pode parecer estranho quando consideramos a ideia de um “ensaísmo jornalístico”, uma vez que o texto jornalístico, frequentemente é associado a palavras como imparcialidade, objetividade e neutralidade. Contudo, vemos essa mistura em autores como Joan Didion, que, embora seja considerada uma jornalista, afirma escrever “...unicamente para descobrir o que eu estou pensando, para o que estou olhando, o que estou vendo e o que isso significa” (DIDION, 2021, p. 45, tradução minha). Assim, a autora foge da objetividade que se suporia em textos jornalísticos e se alinha perfeitamente a um Montaigne que abre os *Ensaio*s afirmando, diretamente a seu leitor, que escreveu sua obra “para mim mesmo, e alguns íntimos, sem me preocupar com o interesse que poderia ter para ti” (MONTAIGNE, 2004, p. 31). David Foster Wallace, outro autor frequentemente enviado em busca de reportagens e cujo estilo se assemelha ao de Didion, também deixa seus próprios interesses e visão ganharem espaço sobre aquilo que analisa, afirmando que “se você contrata um escritor de ficção para escrever não ficção, vai haver um ou outro enfeite” (WALLACE, 2021, p.167). O procedimento, embora questionável em textos de não ficção, reflete o fato de que, ao contrário de Joan Didion, Wallace afirmava que não era jornalista, nem fingia ser (Ibid.). Coletâneas de seus ensaios, além disso, frequentemente continham versões radicalmente ampliadas dos textos, uma vez que o autor se estendia por muito mais páginas que seria possível abarcar numa revista regular, e grande parte de seus textos eram cortados antes da publicação. Assim, quando lidos no suporte hoje em dia mais comum — as coletâneas —, os ensaios de Wallace fogem até

mesmo da brevidade que normalmente se vê em textos jornalísticos.

Didion e Wallace são também exemplos de autores recentes (Didion faleceu em 2021; Wallace em 2008, aos 46 anos) cuja obra, em grande parte, é formada por volumes de ensaios, na maioria dos casos coletados a partir das revistas onde seus textos foram publicados originalmente. Esses textos, sempre interessantes, por vezes sublimes, ainda são lembrados e relidos — e isso vale até mesmo para os ensaios de Didion cuja primeira publicação em revista aconteceu nos anos 60, e lidavam com temas específicos à época. Ela é um exemplo da tradição de língua inglesa, onde o ensaio reteve certo prestígio ao longo dos anos, e tem um espaço já tradicional nas letras do idioma. Ao resgatar esses textos de caráter mais jornalístico das páginas das revistas para volumes de ensaios, as editoras garantiram sua longevidade, uma vez que, embora sejam relativamente ancorados ao momento de sua produção, ainda merecem ser lidos graças à profundidade de sua reflexão, que os torna mais duradouros que um mero artigo jornalístico. O mesmo, infelizmente, não tende a acontecer no Brasil. E não é por falta de ensaios dignos de serem lembrados no jornalismo do país.

Em terras tupiniquins, um gênero associado aos periódicos que teve certa cristalização ao longo do tempo foi a crônica. Marcos Vinícius Soares chega mesmo a afirmar que a crônica só se torna literatura ao ser removida do suporte efêmero que é o jornal e encerrada nas páginas de um livro (SOARES, 2014, p. 48) — e é mesmo difícil acreditar que, se as coletâneas de crônicas não existissem, ainda leríamos esses textos, cujo esquecimento, sem dúvida, seria grande perda para a literatura brasileira.

A crônica também tem outras similaridades com o ensaio. Herdeira da tradição folhetinesca francesa (SIEBERT, 2014), compartilha com o gênero preferido pelos ingleses da subjetividade, da liberdade formal e da dificuldade de se defini-la com muita precisão. Contudo, o espaço que lhe foi reservado parece menos prestigioso e, cada vez mais, menos longo que aquele dedicado ao ensaio. Se a crônica

ganhou espaço entre nós em fins do século XIX e hoje pouco se vê, o ensaio não demora a comemorar seu quicentenário sem dar sinais de fraqueza. Mas se autores como Rubem Fonseca e Fernando Sabino conseguiram (merecidamente) certa permanência, graças ao reconhecimento que foi dado entre nós à crônica, também é verdade que alguns jornalistas, cuja produção não aceita esse rótulo, acabam não sendo lembrados com a mesma distinção.

Embora projetos como a revista *Serrote* tentem ser um contraponto à ausência de ensaios no Brasil, publica-se ali ensaios mais acadêmicos, sendo raro que textos jornalísticos ganhem visibilidade. Quando textos do tipo são publicados, muitas vezes não são diferenciados de outros tipos de artigo jornalístico, o que, por si só, tende a datá-los.

O *olho da rua*, coletânea de reportagens de Eliane Brum lançada em 2008, com uma edição revista e ampliada em 2017 (BRUM, 2017), é um exemplo disso. O primeiro texto do volume foi publicado originalmente em 2000, e a ideia de se ler uma reportagem que, no momento em que escrevo, tem 24 anos de idade, não é sedutora. Uma reportagem é tão fortemente associada a seu momento de produção que a leitura de uma obra como essa pode parecer desnecessária, a não ser como curiosidade histórica — algo que, como veremos abaixo, se associa à própria função social desse gênero. Além disso, o termo não leva a pressupor, necessariamente, uma grande qualidade na escrita, mas sim uma objetiva descrição de acontecimentos reais. Por sua vez, o livro *Rastejando até Belém*, de Joan Didion, carrega na capa o termo *ensaios* (DIDION, 2021). Isso, por si só, já parece lhe garantir alguma longevidade, ainda que os textos originais sejam, em grande parte, reportagens — mesmo que de natureza um tanto diferente.

Minha tese neste trabalho é de que o uso do termo “ensaio”, graças à sua associação com a grande tradição mencionada acima, é capaz de influenciar a recepção de textos jornalísticos, a tal ponto que o termo poderia ser usado para aumentar a longevidade de ensaios jornalísticos brasileiros. Como Marcuschi (2008, p. 19) ensina, gêneros textuais têm, entre suas

funções, “ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia” (MARCUSCHI, 2008, p. 19). Sua formação sócio-histórica e a maneira como se apresentam em nosso cotidiano fazem com que tenhamos certas expectativas associadas à posição que esses textos tendem a ocupar na nossa sociedade. E se a reportagem é associada a um momento de produção bastante específico, o mesmo não pode ser dito sobre o ensaio — como os séculos que nos separam da primeira publicação de Montaigne podem facilmente demonstrar.

2 Desenvolvimento

Mas se é verdade que os textos de muitos autores brasileiros merecem ser chamados de ensaios, e só tem a ganhar quando reconhecemos neles esse gênero, cabe perguntar: o que distingue o ensaio jornalístico de outras reportagens ou de artigos? E se no Brasil o termo não é reconhecido de uma maneira tão ampla pelo público leitor como nos países de língua inglesa, onde há uma longa tradição de publicações do gênero, podemos mesmo enxergá-lo como algo tão prestigioso?

Para responder à primeira pergunta, recorro ao ensaio *O inimigo sou eu*, publicado originalmente como reportagem em 2008 e contido em *O olho da rua*. Nessa coletânea, cada reportagem foi acrescida de um texto da própria Eliane Brum, discorrendo sobre a escrita do artigo em questão. No caso, o texto *A primeira pessoa sou eu?* ocupa esse espaço, discutindo alguns elementos da escrita de *O inimigo sou eu*. Os comentários da autora a respeito são muito interessantes para essa discussão.

Antes de mais nada, ressalto que é a partir de minha própria análise que chamo *O inimigo sou eu* de ensaio. Faço essa escolha porque o texto é bastante distinto dos outros que ocupam a mesma coletânea. Sua principal diferença para as reportagens presentes ali é destacada pelo título do texto, e discutida explicitamente pela própria Eliane Brum: o ponto central de *O inimigo sou eu* é sua autora.

A primeira pessoa sou eu? começa com a citação de um professor de Eliane Brum, a quem a

autora se refere como “Mestre Leonam”. Ela relembra que esse professor, frequentemente, repetia que “Quando o jornalista é mais importante do que a notícia, um dos dois não é verdadeiro” (BRUM, 2017, p. 294). É a partir daqui que Brum erguerá uma enorme fronteira entre o jornalismo e o ensaísmo que mencionei acima, que tanto valoriza a presença do eu. Segundo essa visão, Wallace e Didion não poderiam ser chamados de verdadeiros jornalistas, embora de fato reportem a respeito de eventos e situações reais.

Poderíamos criticar a posição de Brum ao notar que o artigo é um gênero textual que apresenta a opinião de seu autor (DUARTE, 2016, p.57), de maneira que, levada às últimas consequências, sua perspectiva excluiria do jornalismo muitos textos informativos, simplesmente por serem artigos. Brum não defende, contudo, uma aplicação a ferro e fogo desse limite, pensando nele mais como um critério importante a ser seguido por seus pares. Não só isso, como a autora intercala em seu texto o uso dos termos “jornalista” e “repórter”, dando a entender que, ao discutir o tema, ela está se referindo mais especificamente a repórteres e reportagens, não a outros tipos de texto jornalísticos. Isso está mais explícito no trecho abaixo:

...o ‘eu’ tem sua hora e seu lugar [...] não tenho paciência para jornalista autorreferente [...] o repórter tem licença para entrar na história se sua participação puder revelar mais do outro — e não de si mesmo. (Ibid., p. 296).

O espaço dado para o eu, portanto, seria bastante exíguo numa reportagem — se opondo fortemente às citações de Montaigne e Didion que abriram esse texto e indicam a primazia do eu na produção desses autores, o que, num contexto jornalístico, os alinhariam mais ao gênero do artigo — ainda que não perfeitamente, dada a radicalidade da presença desse eu. O *inimigo sou eu* só adquire caráter ensaístico porque fala de um retiro espiritual para o qual Brum foi enviada, onde não pôde ter contato verbal com ninguém na maior parte do tempo e meditou por 10 horas diárias em silêncio completo, concentrada nas sensações do próprio corpo. Como

evitar o eu numa situação como essa? Ao mesmo tempo, vemos a dedicação da autora aos critérios que entende como necessários para sua profissão, uma vez que foi preciso um tema tão radicalmente introspectivo para convencê-la a usar a primeira pessoa para reportar os acontecimentos.

A valorização da objetividade, apontada por Eliane Brum como essencial ao jornalismo, não é, em si, avessa ao ensaísmo; uma recusa tão completa da subjetividade, sim. Contudo, é preciso notar que o gênero do artigo, embora seja mais próximo do ensaio ao não recusar a opinião pessoal de seu autor, não chega por isso a ser ensaio.

Um texto que menciona diretamente as diferenças entre “ensaio” e “artigo”, escrito por Cynthia Ozick, chega ao extremo de afirmar que

Artigo é fofoca. Ensaio é reflexão e intuição. O artigo tem a vantagem temporária do calor da hora social — o que está acontecendo lá fora no exato momento. O calor do ensaio é interior. O artigo é datado, específico, ocupado dos assuntos e personalidades do momento; provavelmente estará mofado no final do mês. [...] O artigo é gêmeo siamês de sua data de nascimento. O ensaio desafia o próprio natalício, e o nosso também. (OZICK, 2018, p. 225).

Ozick também é bastante direta ao falar que o ensaio “é o movimento de uma mente livre quando brinca [...] está mais próximo da poesia que qualquer outro gênero” (Ibid.). Ao diferenciar o ensaio do romance, Ozick exhibe outras características de sua visão sobre o gênero, afirmando que

O ensaio, diferente do romance, emerge das sensações do eu. A ficção se insinua em corpos estranhos; o romancista pode habitar não só um sexo diferente do seu, mas também insetos e narizes e artistas da fome e nômades e animais; enquanto o ensaio é, digamos, pessoal (Ibid., p.233).

Menciono Ozick porque, embora enfática demais em certas afirmações, a autora é uma das poucas que compara diretamente o artigo jornalístico com o ensaio. Acima de tudo, chamo atenção para a questão temporal. Enquanto o artigo jornalístico “é datado”, o ensaio permanece graças à profundidade de sua reflexão e intuição. Essa diferença é essencial.

A percepção do gênero “artigo” como um tipo de texto muito temporalmente limitado, se encaixa perfeitamente com a visão que propus acima. Ozick reitera a ideia de que o artigo se construiu socialmente como gênero que se lê no momento de sua relevância, mas rapidamente perde sua função, e creio que o mesmo pode ser afirmado sobre a grande maioria das reportagens — excetuado seu uso como documento histórico quando necessário. Se essa é a percepção social que temos sobre tais gêneros, e consideramos sua função social como recomenda Marcuschi (2008), parece claro que classificar um texto como “artigo” ou “reportagem” criará, no leitor, a expectativa de que a obra em questão não vale a pena ser lida depois de certo tempo — assim como não é um hábito comum se ler um jornal ou revista publicados anos atrás.

Mas é preciso fazer algumas ressalvas. Muitos artigos e reportagens que se pretendem ensaísticos são extremamente ancorados a acontecimentos momentâneos, e nem sempre atingem a qualidade de reflexão capaz de fazê-los transcender a própria época, ultrapassando a longevidade de reportagens regulares. Do lado oposto, alguns artigos e reportagens ganham longevidade à medida em que se tornam documentos essenciais para alguma área do conhecimento. A investigação de Daniela Arbex sobre os horrores dos manicômios brasileiros em *Holocausto Brasileiro* e a investigação de Caco Barcellos sobre os crimes cometidos por policiais em *Rota 66* são exemplos de obras cujo impacto histórico e mesmo legal, por certo, lhes garantirá vida longa. Ainda que esses textos adiram aos preceitos jornalísticos que os distinguem do ensaio, o fôlego e a relevância de suas investigações os tornam mais duradouros que a maioria das reportagens. No entanto, é inegável que são exceções, quando comparados às milhares de reportagens publicadas no Brasil a cada dia, das quais quantas serão lembradas ou relidas sequer uma vez? Sua extensão e profundidade, além disso, fogem à regra que, na maioria dos casos, as limitações físicas de jornais e revistas impõem a esse tipo de texto. Não quero, de maneira alguma, diminuir a relevância das reportagens ou artigos jornalísticos, e discordo da maneira

pejorativa com que Ozick descreve os últimos. Contudo, é verdade que a função social desse gênero, ainda que de extrema importância, tende a ser menos duradoura. O impacto de um ensaio, por outro lado, é muito mais diluído ao longo do tempo.

Reportagens, em específico, por maiores que sejam, guardam outra diferença essencial em relação ao ensaio, que já mencionei acima: a dimensão pessoal, também apontada por Ozick ao afirmar que o ensaio é “interior” e emerge “das sensações do eu”. Claro, a autora não é a única a apontar esse aspecto do ensaio. Já vimos que Montaigne e Didion falam dos próprios textos nessa chave bastante pessoal, mas encontramos também textos teóricos a respeito. György Lukács, por exemplo, afirmou que o ensaio é “uma forma de arte, uma configuração própria e cabal de uma vida completa” (LUKÁCS, 2018, p. 109).

Theodor Adorno, embora negue que o ensaio seja uma forma de arte, não recusa seu aspecto pessoal. Para ele, o ensaio é uma análise que recusa a objetividade fingida e deixa que o objeto analisado seja um guia, em vez de forçá-lo a aceitar uma forma ou estilo de análise impostos sobre ele (ADORNO, 1984, p.152).

Max Bense, na mesma linha, enxerga no ensaio um texto que depende de liberdade, além de meditação e reflexão subjetivas. Assim, escreveria como ensaísta “quem descobre ou inventa seu objeto no ato mesmo de escrever, dar forma, comunicar, quem interroga, apalpa, prova, ilumina e aponta tudo o que pode se dar a ver sob as condições manuais e intelectuais do autor” (BENSE, 2018, p. 115).

Mas é num discurso de Jean Starobinski, proferido quando o autor recebeu o Prêmio Europeu do Ensaio, que encontramos uma definição que, ainda que não discorde das anteriores, nos ajuda a vislumbrar um caminho para entendermos um pouco melhor o que seria esse híbrido: o ensaio jornalístico.

Starobinski, ao discutir o lado subjetivo do ensaio, enfatiza mais clara e diretamente um aspecto que já estava presente na discussão de Adorno: o ensaio buscaria estabelecer uma relação entre uma vertente objetiva e uma subjetiva.

O campo da experiência, para Montaigne, é em primeiro lugar o mundo que lhe resiste: são os objetos que o mundo oferece à sua percepção, é a fortuna que faz pouco dele” (STAROBINSKI, 2018, p. 17).

O ensaio, portanto, seria o texto no qual a reflexão interna não pode ser separada da análise de uma realidade exterior. Como apontado por todos os autores mencionados até agora, o ensaio seria “o gênero literário mais *livre* que há. Seu princípio básico poderia ser a frase de Montaigne [...]: ‘Vou, inquiridor e ignorante’” (Ibid., p.23).

O ensaio, pensado assim, é texto desimpedido e incondicionado. Sua liberdade se manifesta na relação irrestrita de um sujeito com algum aspecto da realidade externa — que pode até ser parte dele mesmo. É fruto de uma conversa entre as inclinações, intuições e reflexões pessoais de alguém e o objeto sobre o qual elas se debruçam. Sua forma, resultado dessa relação, pode ser tão variada quanto as relações entre mentes humanas e o conteúdo de seus pensamentos. Liberdade na maneira de se analisar, relação do eu com o objeto analisado e ausência de restrições formais fazem do ensaio um gênero tão proteico que explicam sua sobrevivência ao longo dos séculos — afinal, uma mudança na maneira como pensamos o mundo não o destrói: pelo contrário, faz com que ele assuma novas formas, sem por isso prejudicar ou invalidar as antigas.

Tudo isso nos mostra que a presença do ensaio no jornalismo não é tão estranha. Vemos, por exemplo, Alexandre Eulalio associar o ensaio ao periodismo, ressaltando a importância das revistas para que o gênero ganhasse espaço para se expandir. O autor chega ao ponto de dizer que o ensaio moderno nasce do compromisso entre o periodismo e o livre-juízo (EULALIO, 2018, pp. 145-201). Em outras palavras, quem escreve um ensaio jornalístico faz uma descrição objetiva de alguns aspectos do mundo ao redor, mas submete a coisa investigada a uma reflexão pessoal que pode ir muito além do observado.

Assim, ganha perfeito sentido chamar de ensaísticas as reportagens de Joan Didion, considerando a liberdade com a qual ela se permitia refletir sobre lugares, situações e entrevistados, e a

maneira como isso se mistura com certos aspectos do texto jornalístico, como o ato de se reportar uma situação real. O mesmo vale para David Foster Wallace, que tratou as profundas reflexões de seus ensaios com uma criatividade formal raríssima. Eliane Brum, ao escrever *O inimigo sou eu*, se encaixa nesse grupo quando é forçada a considerar o mundo a partir de si mesma, e abandonar sua estrita visão sobre o fazer jornalístico, ao menos por um momento.

No Brasil, um espaço significativo para a publicação de ensaios é a já mencionada revista *Serrote*, publicada pelo Instituto Moreira Salles, mas é verdade que os ensaios publicados ali tendem a ser mais acadêmicos que jornalísticos. João Moreira Salles, presidente do IMS, também é fundador da revista *Piauí*, que, por sua vez, é um espaço onde encontramos textos que parecem ocupar essa fronteira, por vezes nebulosa, entre o artigo e o ensaio. Não que seja a única: *O inimigo sou eu*, de Eliane Brum, foi publicado pela revista *Época*. Assim como acontecia com o *New Journalism* e ainda acontece com grande parte dos ensaios publicados nos Estados Unidos, o suporte mais comum para esses textos não é o jornal, mas as revistas.

A ausência de ensaios jornalísticos na *Serrote* é um exemplo de como, no Brasil, tendemos a não ver o texto jornalístico como ensaio, mesmo quando se enquadra nessa descrição. Me parece que a maior diferença entre o ensaio acadêmico e seus irmãos menos rigorosos está na maneira como a subjetividade se manifesta. Montaigne, Didion e Wallace usam a primeira pessoa com frequência, por vezes se deixando levar em digressões ou colocando em segundo plano o objeto analisado. Obras mais acadêmicas não procedem dessa maneira. Ali, a subjetividade do autor se manifesta na forma de uma exploração intelectual, na escolha de uma abordagem, e na emissão de opiniões e extrapolações que não se baseiam em uma cadeia de citações tão cientificamente rigorosa quanto aquela de um artigo científico. Isso permite que um raciocínio próprio possa ser criado, por vezes extrapolando ou propondo ideias novas, que, graças à inexistência de referências ou elaboração metodológica criteriosa, precisariam ser

mais exploradas para serem consideradas verdades científicas.

É aqui que reitero os comentários que fiz no início desse texto: a natureza jornalística de vários dos textos presentes em revistas como a *Piauí* parece fazer com que ignoremos sua potencial longevidade, uma vez que o texto publicado nesse suporte tende a ser mais passageiro, como disseram acima Ozick e Soares, se alinhando à natureza social do gênero. Por outro lado, abrindo rapidamente a edição de junho de 2020 da revista *Piauí*, pode-se encontrar *A gestação do menino diabo*, ensaio de Flora Thomson-Deveaux sobre sua tradução de Memórias Póstumas de Brás Cubas para o inglês; encontramos também *Uma nova imprensa*, ensaio de Rodrigo Mesquita sobre sua experiência no grupo jornalístico *Estado* e a evolução da imprensa até sua chegada num mundo hiperconectado. A maioria dos textos do volume, é claro, são reportagens regulares e, portanto, não têm caráter ensaístico, aderindo à objetividade mais comum nos textos de seu tipo, mas não é raro que vejamos esse tipo de ensaio nessa revista e em outras. A *Piauí* não tem o hábito de chamar de ensaios os textos publicados ali, mas a essa altura, espero que meu uso de “ensaio jornalístico” tenha ganhado clareza como se referindo a um tipo de reportagem/artigo específico, em que, ao relatar ou discutir fatos objetivos, o jornalista deixa emergir certa subjetividade na maneira como fala do objeto ao redor do qual a reportagem se desenrola, muitas vezes permitindo-se extrapolar e refletir a partir dessa presença-guia, referindo-se a experiências ou posições mais pessoais que aquelas de jornalistas como Eliane Brum ou Caco Barcelos. Essa reflexão, ao mesmo tempo, não seria, como um artigo, dependente de um acontecimento específico recente e condenado a perder sua relevância em pouco tempo, ainda que possa se relacionar ou mesmo emergir de tal ocorrência. Mais livre que o artigo, o ensaio permite a seu autor uma subjetividade tal que possibilita mesmo a fuga completa ao objeto sendo comentado, enquanto sua extensão e profundidade ajudam a torná-lo mais longo que os outros gêneros jornalísticos, dando a seus autores uma liberdade que,

como vemos em textos de Didion (2021) e Wallace (1998), pode se refletir até mesmo numa liberdade formal que ressalta o caráter literário e poético do ensaio.

Quando os objetos de um pensamento são observados de um ponto de vista ensaístico, que busca não apenas revelar a coisa vislumbrada, mas considera também a relação sujeito-objeto e apresenta as reflexões, por vezes insuspeitas, que esse objeto pode provocar, o texto se torna mais que simples relato; quando a subjetividade não é apenas opinião sobre um acontecimento temporalmente específico, aprofundando-se a ponto de ganhar relevância mesmo fora de sua associação com ele, o texto escapa aos limites de um artigo. Dessa maneira, sua longevidade não é dependente do objeto analisado, podendo ser prolongada indefinidamente graças à arte de quem escreve e à qualidade das reflexões que consiga desenvolver a partir de seu ponto de partida.

Acima, também propus uma segunda pergunta: seria mesmo válido afirmar que, no panorama brasileiro, a utilização do termo “ensaio” traria prestígio a um texto jornalístico? À medida em que exploramos a função dos gêneros envolvidos, fica clara a resposta a essa pergunta. Como vimos, a função social do texto jornalístico gera a expectativa de que uma reportagem seria efêmera e muito associada ao fato narrado por ela — diminuindo seu apelo ao leitor que tem acesso a ela muitos anos depois. Isso dificulta a manutenção de sua longevidade, e por si só já justificaria afirmar que o ensaio carrega, a longo prazo, mais prestígio.

Também é possível acrescentar que a visibilidade acadêmica do ensaio está mais que estabelecida, não só pelo reconhecimento de Montaigne e Bacon, mas também graças a textos a respeito traduzidos ou mesmo produzidos por brasileiros — o que mostra que a reputação do ensaio já é grande entre estudiosos e entre aqueles que se interessam mais de perto pelas letras. Isso, em si, já tem seu papel no reconhecimento do prestígio de um gênero.

O ensaio, além disso, não é reconhecido apenas academicamente. Mais uma vez, quando

sugiro que deveríamos considerar certos textos jornalísticos como ensaios é porque esses textos, em termos formais, são *ensaios*, mas não são reconhecidos como tal — e como vimos acima, o reconhecimento social é um dos principais elementos responsáveis pela existência de um gênero e fator determinante em sua classificação. Foi dito, com Soares (2014), que a crônica só se estabelece enquanto gênero quando sai das páginas de jornais e entra nas páginas dos livros: posto de outra maneira, a percepção social, concretizada nos atos de reclassificar textos e publicá-los de outra forma, foi o que permitiu à crônica ganhar a importância que recebeu no Brasil, e não seria demais supor que o mesmo pode acontecer com os ensaios jornalísticos. Esses ensaios, mesmo presentes em tantos veículos, são pouco percebidos porque não reconhecidos como tal. Se textos de Joan Didion e David Foster Wallace, entre muitos outros, foram originalmente publicados como reportagens ou artigos, mas hoje são lançados em português em coletâneas com o termo “ensaios” em suas capas, por que não fazer o mesmo com a produção nacional? Talvez nos falte, em vez de apenas publicar ensaios de outros países, reunir nossos próprios ensaios e publicá-los em volumes similares, evitando que sejam rapidamente esquecidos, junto a artigos cuja própria natureza temporal torna menos interessante resgatar. Tudo isso sem mencionar a evolução recente do ensaio, que chama atenção ao gênero à medida em que este ganha versões audiovisuais e assume, sem perder as características mencionadas aqui, a forma de *video essays* com milhões de visualizações todos os meses no YouTube. Isso mostra que o termo não é desconhecido de um público mais amplo, e parece mais atual do que foi por muitos anos.

Antes de concluir esse trabalho, contudo, é necessário dedicar um desvio a outro gênero jornalístico, menos conhecido que aqueles discutidos até agora: a reportagensaio. Esse gênero, proposto por Vargas (2014), seria uma “narração detalhada de situações e conversas da vida cotidiana” (VARGAS, 2014, p.98). Seria uma composição criativa, que partiria de um fato verídico para propor explicações

sutis e, enquanto pesquisa, “pode ser considerada uma atividade lúdica que apanha diversas perspectivas em contraponto, exacerba dinamicamente os contrastes e nos faz descobrir novas maneiras de ler ou de ver o já visto ou lido” (Ibid.).

A existência desse gênero levanta dois desafios para a proposta do presente trabalho: a reportagensaio não seria o mesmo que um ensaio jornalístico? E além disso, se há um termo que já propõe reunir em si a reportagem e o ensaio, por que não usá-lo? Creio que há algumas respostas possíveis a essas perguntas.

A primeira reside no fato de que, considerando a definição proposta por Vargas, o gênero “reportagensaio” seria um tanto mais restritivo que o próprio “ensaio”. Um ensaio não precisa ser “lúdico”, não precisa apresentar “diversas perspectivas”, nem precisa ser uma “descrição detalhada”. Mesmo um ensaio jornalístico, tomando como exemplo os textos de Didion, pode ter níveis completamente distintos de foco no objeto relatado. As possibilidades de extrapolar esse objeto e usá-lo como mera desculpa para uma reflexão sobre o eu, por exemplo, parecem estar disponíveis a um ensaio jornalístico, mas não à reportagensaio. Além disso, a própria ideia de um gênero textual que mescla reportagem e ensaio parece não considerar a fundo o fato de que os gêneros são fluidos, formados por uma grande variedade de tipos textuais e, especialmente, dependentes de relações e percepções sociais (MARCUSCHI, (2008). Volto assim à afirmação de que um dos elementos que faz com que uma reportagem possa ser chamada de ensaio não está nas suas características formais, mas na maneira como o texto é compreendido socialmente.

Esse é o cerne da proposta apresentada aqui. De certa forma, trata-se de uma proposta de ação. Seu objetivo não é uma simples mudança terminológica, mas uma mudança de percepção que, no limite, poderia alterar a própria recepção dos textos, mudando assim sua posição no panorama literário e intelectual brasileiro. Como Stuart Hall (2013) propõe, a recepção de um texto envolve uma série de relações

sociais complexas, e a reputação de que determinado gênero textual goza é um desses fatores.

Daí a relevância de se usar o termo “ensaio” em específico. O importante não é apenas que o gênero que atribuímos ao texto faça sentido de uma perspectiva formal. É preciso considerar que, quando mostramos ao leitor que certos textos jornalísticos, antes vistos como efêmeros, na verdade pertencem a outro e mais prestigiado gênero, remodelamos sua percepção sobre esses textos. Assim, graças a um aparentemente simples ato de reclassificação, torna-se mais provável que essas obras recebam o respeito e a longevidade que merecem.

3 Conclusão

O Brasil é um prolífico produtor de ensaístas, mas é raro que chamemos de ensaio muitos dos textos que ocupam nossas revistas. Se uma das funções dos gêneros é organizar nossas atividades comunicativas, precisamos ter consciência de que classificar um texto no gênero que lhe cabe é uma forma de ajudá-lo a ter a recepção que faz mais sentido para ele. Se um ensaio é publicado como reportagem ou artigo, sua sobrevivência será prejudicada graças à nossa compreensão, estabelecida histórica e socialmente, a respeito do espaço que cabe ao gênero “reportagem”. Se ele for reconhecido pelo gênero que tem, por outro lado, sua longevidade se torna muito mais provável.

Embora poucos textos de Eliane Brum sejam subjetivos o suficiente para receber esse nome, aqueles que o fazem são reflexões importantes. Ensaios de João Moreira Salles, Julian Fuks, e muitos outros, são frequentemente deixados para morrer em páginas de revistas físicas ou digitais, chamados de artigo ou reportagem mesmo quando mais longos e cuidadosos. Reconhecer o caráter ensaístico desses textos pode ser um caminho para impedir que sejam puxados até fundo de um oceano de reportagens e artigos de menor interesse, acorrentados aos temas efêmeros que discutem — temas que, muitas vezes, são menos ricos e interessantes que as reflexões que suscitam nesses mesmos ensaios.

Referências

- ADORNO, Theodor. *The essay as form*. New German Critique. No. 32. 1984. pp 151-171. DOI: <https://doi.org/10.2307/488160>. Acesso em 24 out. 2024.
- ARCINIEGAS, Germán. *Nossa América é um ensaio in Doze Ensaaios sobre o ensaio*. Org. Paulo Roberto Pires. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: IMS, 2018. Pp. 183-201.
- BENSE, Max. *O ensaio e sua prosa in Doze Ensaaios sobre o ensaio*. Org. Paulo Roberto Pires. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: IMS, 2018. Pp. 110-124.
- BRUM, Eliane. *O inimigo sou eu in O olho da rua*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.
- BACON, Francis. *Bacon's essays and wisdom of the ancients*. Little, Brown, and Company: Boston, 1884. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/56463/56463-h/56463-h.htm>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- BORGES, Jorge Luis. *Otras inquisiciones*. Buenos Aires: Debolsillo, 2011.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficciones in Obras Completas I: 1923-1949*. Buenos Aires: Emecé, 2010.
- DIDION, Joan. *Rastejando até Belém*. São Paulo: Todavia, 2021.
- DIDION, Joan. *Why I Write in Let me tell you what I mean*. New York: Alfred A. Knopf, 2021.
- DUARTE, Jorge. *Pesquisa & Imprensa: orientações para um bom relacionamento*. Brasília: Embrapa, 2016.
- EULALIO, Alexandre. *O ensaio literário no Brasil in Doze ensaios sobre o ensaio*, org. Paulo Roberto Pires. São Paulo: IMS, 2018. Pp. 145-201.
- HALL, Stuart. *Codificação/Decodificação*. In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Liv Sovik (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- HAZLITT, William. *Sobre os ensaístas de periódicos in Doze Ensaaios sobre o ensaio*. Org. Paulo Roberto Pires. Trad. Daniel Lago Monteiro. São Paulo: IMS, 2018. pp. 60-83.
- KIRSCH, Arthur. *Virtue, Vice, and Compassion in Montaigne and The Tempest. Studies in English Literature, 1500-1900*, Vol. 37, No. 2, Tudor and Stuart Drama (Spring, 1997). Houston: The Johns Hopkins University Press, 1997. p. 337-352. DOI: <https://doi.org/10.2307/450837>. Acesso em 24 out. 2024.
- LEHMAN, Daniel. *New Journalism*. Cambridge: Cambridge Press University, 2018.
- LUKÁCS, Georg. *Sobre a essência e a forma do ensaio: carta a Leo Popper in Doze Ensaaios sobre o ensaio*. Org. Paulo Roberto Pires. Trad.

- Rainer Patriota. São Paulo: IMS, 2018. pp. 96-109.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2004.
- OZICK, Cynthia. *Retrato do ensaio como corpo de mulher in Doze Ensaio sobre o ensaio*. Org. Paulo Roberto Pires. Trad. Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: IMS, 2018. Pp, 225-233.
- PAZ, Octavio. *Sor Juana Inés de la Cruz o las trampas de la fe*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- SIEBERT, Silvânia. *A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura*. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 675-685, set./dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-140313-471>. Acesso em 24 out. 2024.
- SOARES, Marcus Vinicius *A crônica brasileira do século XIX: uma breve história*. São Paulo: É Realizações, 2014.
- STAROBINSKI, Jean. *É possível definir o ensaio? in Doze Ensaio sobre o ensaio*. Org. Paulo Roberto Pires. Trad. André Telles. São Paulo: IMS, 2018, pp. 13-26.
- VARGAS, Raúl Hernando Osorio. *A entre-vista-encontro método da reportagensaio no jornalismo*. Revista Tríade: comunicação, cultura e mídia, Sorocaba, SP, v. 2, n. 4, p. 82-108, dez. 2014.
- WALLACE, David Foster. *David Foster Wallace*. Entrevista concedida a Tom Scocca. Belo Horizonte: Ayiné, 2021.
- WALLACE, David Foster. *E Unibus Pluram: Television and U.S. fiction In A supposedly fun thing I'll never do again*. Nova York: Back Bay books/Little; Brown and Company, 1998, p. 21-82.
- WAMPOLE, Christy. *A ensaificação de tudo in Doze Ensaio sobre o ensaio*. Org. Paulo Roberto Pires. Trad. Paulo Roberto Pires. São Paulo: IMS, 2018, p. 242-249.